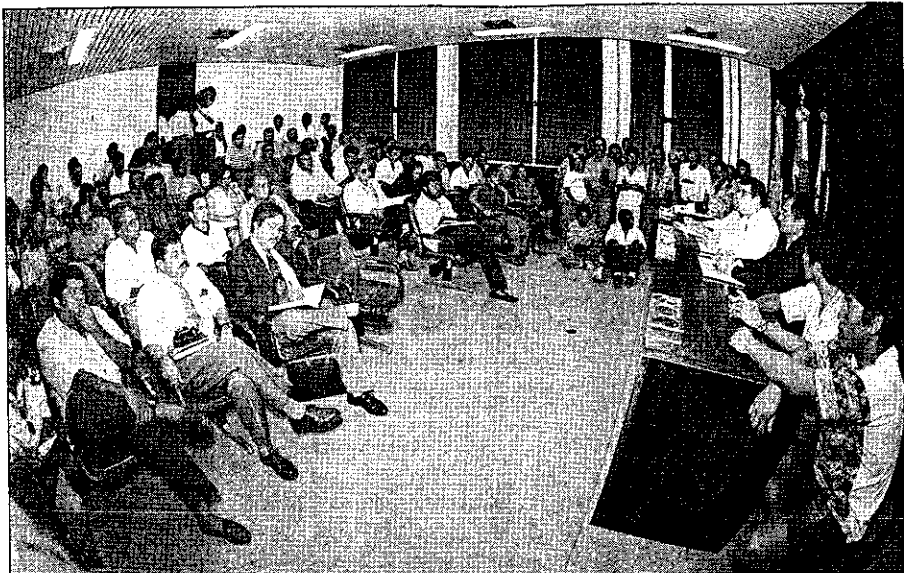


2  
162  
3866  
8977



Posseiros e índios procuram encontrar uma solução para o caso: a área indígena não pode ser dividida

# A caminho da conciliação

## COMISSÃO BUSCA FORMAS PARA ASSENTAR POSSEIROS DO ALTO RIO GUAMÁ

Formar uma comissão, juridicamente constituída, para proceder os estudos necessários das terras para o assentamento das mais de 1.300 famílias que vivem na reserva indígena dos Tembê, no Alto Rio Guamá. Essa foi a principal proposta tirada da reunião, ocorrida na manhã de ontem, entre posseiros daquela reserva, índios Tembê, Kaapor e Timbira e representantes do Incra, Funai, Ibama, Ministério Público, Ministério da Justiça e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri). Hoje mesmo a comissão, formada por membros da Funai, Incra, Ibama, Iterpa, Ministério Público e representantes dos posseiros e dos índios, fará sua primeira reunião a fim de nivelar as informações que cada um possui. A cada 30 dias, a comissão prestará contas a todas as pessoas envolvidas, podendo ir até onde eles moram para dar essa satisfação.

Realizada no auditório da Procuradoria da República, a reunião foi o resultado das negociações que libertaram, no último dia 31 de maio, 77 índios daquelas tribos, além de três funcionários da Fu-

nai, que haviam sido mantidos durante dois dias como reféns pelos posseiros da reserva que vivem na Vila Livramento, no município de Garrafão do Norte. O cativo dos silvícolas e dos funcionários da Funai ocorreu depois que os primeiros patrocinaram uma série de arbitrariedades contra os moradores do lugar, na tarde do último dia 29 de maio.

A primeira proposta, a da permanência dos posseiros dentro da reserva Alto Rio Guamá, foi completamente descartada pelo representante do Ministério da Justiça, Benjamin Sicsu. Ele disse que pensar nessa possibilidade "é fomentar o impasse, iludir mais ainda os posseiros", já que a área, doada aos índios em 1940 pelo então interventor Magalhães Barata, foi homologada em 1993, e não pode ser diminuída sob hipótese alguma.

O engenheiro agrônomo Otávio Ohashi, da Funai, denunciou que "autoridades municipais" estariam insuflando a entrada de novos posseiros na reserva, inclusive patrocinando, junto com madeireiros, a abertura de ramais para a exploração de madeira, farta e da mais

alta qualidade. "Além disso, tem posseiros vendendo as áreas que ocupam para fazendeiros da região", assegura. Ohashi participou, há cerca de dois meses e em conjunto com técnicos do Ibama, de duas operações com o objetivo de apreender a extração ilegal de madeira. Em uma delas, foi feita a apreensão de 400 metros cúbicos de massaranduba, logo liberada pela direção do Ibama, em Brasília, e que acabou provocando a revolta dos índios, a confusão na Vila Livramento e o cativo dos indígenas.

Já existem algumas fazendas que podem ser desapropriadas para que os invasores da reserva sejam assentados. Dentre elas as Cidapar I, II e III (as duas primeiras já foram desapropriadas), Paranoá e a Caipe/Swift, todas localizadas nos municípios de Paragominas e Nova Esperança do Piriá. O representante do Incra, Alceu Azevêdo, garantiu que não faltarão recursos para iniciar e concluir o processo de desapropriação, assentamento e apoio para que os assentados possam ter condições de começar vida nova.

### PESQUISA DA FETAGRI MOSTRA QUE COLONOS NÃO BENEFICIARAM A TERRA

Um levantamento feito, ano passado, pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará e Amapá (Fetagri) revela que os trabalhadores rurais que invadiram a reserva indígena do Alto Rio Guamá beneficiaram pouco menos de um terço das áreas que estão sob suas posses. Apesar de apenas 80% dos invasores terem respondido ao questionário, o levantamento constatou que lá existem 1.319 famílias (cerca de 8 mil pessoas) de agricultores, divididos em 39 comunidades e localizadas entre os municípios de Garrafão do Norte, Santa Luzia, Vizeu e No-

va Esperança do Piriá. Dos 38.672 hectares que os invasores ocupam, 29.921 ainda são improdutivos, ou seja, são capoeiras. Apenas 7.563 estão sendo trabalhados para produzir alimentos e 1.185 são utilizados para pastagem. Na média, cada família ocupa pouco mais de 29 hectares, e cada uma beneficia apenas 5,7 hectares.

O município de Nova Esperança do Piriá possui 15 colônias, onde moram 642 famílias. Garrafão do Norte tem 16 colônias (uma delas é Livramento, onde aconteceu a escaramuça entre posseiros e in-

diões) e 526 famílias de posseiros residentes, enquanto Santa Luzia possui apenas duas colônias, onde moram 126 famílias. O município de Vizeu tem somente uma colônia, que abriga 25 famílias. Ao todo já foram levantadas pelos invasores 594 cercas dentro da reserva indígena.

Segundo dados fornecidos pelo levantamento da Fetagri, cujos diretores foram fundamentais para resolver o problema dos índios em cativeiro, são precisos mais de 65 mil hectares para assentar todas as famílias que invadiram a reserva.

#### EM TEMPO

#### Indigenista diz que índios não cometeram violência

O indigenista Francisco Potiguara disse ontem, durante a reunião no auditório da Procuradoria da República, diante de sindicalistas rurais, colonos e 40 posseiros da reserva Alto Rio Guamá, que "em momento algum os índios Tembê cometeram qualquer ato de violência contra familiares de invasores ou saquearam o comércio de Vila Livramento", antes de terem sido aprisionados, juntamente com três técnicos da Funai, entre eles, Potiguara.

Muitas informações que foram fornecidas à imprensa pelos posseiros estão completamente fora da realidade e foram repassadas com a intenção de prejudicar a imagem dos índios, que continuam lutando pelo direito sacramentado que têm às suas terras", afirmou o indigenista. Ele nega também que tenha sido o mentor da operação que visava queimar a madeira apreendida numa operação conjunta entre o Ibama e a Funai, posteriormente liberada pelo primeiro órgão federal. E acusa os posseiros de "terem prendido os índios para barganhar parte da reserva indígena".

Potiguara lembrou que chefiou o posto indígena Canindé, na fronteira com o Maranhão, e que foi a primeira vez que se deslocou aos limites da reserva próxima à Vila Livramento. "Acompanhamos (junto com Dilson Cavalcanti, que chefiou o posto indígena Alto Rio Guamá) os índios cumprindo o nosso papel. É preciso deixar bem claro que os índios estão mais do que conscientes de que precisam intensificar cada vez mais a fiscalização dos limites de suas terras, para inibir a entrada de novos invasores", ressalta o indigenista.



Na Vila Livramento: índios ficaram reféns dos trabalhadores rurais

### TODOS CRITICAM INÉRCIA DO GOVERNO FEDERAL

Lamúrias e queixas marcaram as quase três horas da reunião de ontem. Apenas numa coisa as duas partes litigantes - representantes de índios e de posseiros - falaram a mesma língua: o governo federal é o responsável pela situação na reserva do Alto Rio Guamá. "Não dá mais para agüentar que, a cada conflito, se faça uma reunião e depois tudo fica como sempre esteve", criticava uma liderança dos posseiros. "A má vontade, a inércia do governo federal para solucionar o problema vai acabar provocando mais confusão", emendava outro. "Mas é preciso que todos nós, índios e colonos, dêem uma trégua, e negociemos logo uma solução", completava um apaziguador.

"Caso não seja encontrada uma solução para o problema, nós vamos para o confronto contra posseiros e madeireiros. Aqui só assinam papel, mas não resolvem nada. Por isso que, dificilmente, vamos parar de fiscalizar nossas terras, onde meus avós, meus pais, eu e meus filhos nascemos. Se tiver que morrer vamos morrer dentro da nossa

terra", rebatia o cacique Claudécir Tembê. "Se a gente não fizer alguma coisa, vamos acabar sendo expulsos das nossas terras pelos posseiros e madeireiros. Enquanto eles (posseiros) falam em saque, nossa reserva é que sofre saqueamento, nossas caças desaparecem, nossos igarapés secam, nossas florestas são destruídas".

**ALVO** - O fazendeiro Mejer Kabinzick deve ser um dos principais alvos da comissão que vai tentar resolver o problema da invasão dos índios que vivem na reserva do Alto Rio Guamá. Responsável pela maior devastação da reserva e pela construção de uma estrada que serve de corredor para o escoamento de milhares de metros cúbicos de madeira, o polonês vai voltar a ser fustigado através de um processo que a Funai lhe move há anos. O fazendeiro, inclusive, é usado pelos posseiros para atacar os índios. "Porque vocês (a Funai e os índios) não mexem com o Mejer? Porque ele é rico e poderoso, enquanto nós somos simples trabalhadores?, indagam os invasores.

PAULLO AMORIM